HOME-OFFICE EM PARIS

Uma estatal brasileira autorizou uma assessora da presidência, que recebe cerca de R$ 26 mil por mês, a trabalhar de Paris por quatro meses. O aval foi dado pela diretoria executiva da ENBPar a Tuanne Caroline Rodrigues, que ocupa um cargo de livre nomeação na área de governança. A autorização vai de 8 de setembro a 5 de janeiro. A ENBPar detém a participação brasileira em Itaipu e controla a Eletronuclear, que opera as usinas de Angra.

A ENBPar ainda não tinha uma norma específica para o trabalho remoto quando aprovou o pedido. A empresa disse que a autorização era individual, temporária e revogável e que, por isso, a decisão podia ficar com a diretoria, sem passar pelo Conselho de Administração. O caso virou denúncia interna. A Corregedoria arquivou a queixa por não encontrar indícios de favorecimento pessoal ou desvio de finalidade. Também recomendou que a estatal estabelecesse critérios para autorizar o teletrabalho e formalizasse o acompanhamento das atividades. A essa altura, o expediente em Paris já tinha data para começar e para acabar.

Suponha que um colega de Tuanne Rodrigues queira trabalhar quatro meses de outra cidade para cuidar de alguém da família. Ele pode informar o endereço, indicar as datas e combinar os horários com a chefia. Quando perguntar em que condições a empresa costuma aceitar pedidos assim, o chefe terá ao menos um caso para citar. Sabe que Paris é possível. Falta saber o que a diretoria levou em conta para dizer sim e se usaria o mesmo critério com ele.

É o tipo de dúvida que a área de governança deveria ajudar a esclarecer. Por isso chama a atenção que a assessora trabalhe justamente ali. A empresa chamou a autorização de excepcional. Para quem quiser saber se pode fazer o mesmo, essa palavra ajuda pouco. A diretoria ainda precisa explicar o que justificou a exceção e que vantagem a ENBPar viu em concedê-la.

A estatal é presidida desde julho de 2025 por Marlos Costa de Andrade, ex-superintendente da Codevasf no Ceará. Segundo a Agência iNFRA, ele assumiu com o apoio do deputado federal Domingos Neto, do PSD cearense. O deputado já havia indicado Marlos para dirigir o Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa. Quando surgiu a oportunidade de comandar uma empresa do setor elétrico, o nome de Marlos voltou a aparecer com o apoio do mesmo parlamentar.

O governo Lula poderia explicar que experiência e quais resultados da gestão anterior de Marlos pesaram na escolha. Quem assume a ENBPar passa a responder pela participação brasileira numa hidrelétrica binacional e pelo controle da empresa que opera as usinas nucleares de Angra. São atribuições que justificariam uma explicação mais detalhada sobre a nomeação do que a informação que já saiu no jornal sobre o apoio do deputado.

A Corregedoria encerrou a apuração sobre o trabalho remoto. Resta à diretoria da ENBPar tornar públicos os critérios recomendados e esclarecer quais deles foram observados na autorização concedida à assessora. Até para que qualquer outro funcionário que pretenda trabalhar quatro meses no exterior saiba em que condições pode fazer o mesmo pedido. Afinal, é curioso que uma estatal brasileira só tenha se preocupado em estabelecer critérios para o trabalho remoto no exterior depois que uma assessora conseguiu autorização para trabalhar de Paris.

- **Aval para Paris:** A diretoria da ENBPar autorizou uma assessora da área de governança, remunerada em cerca de R$ 26 mil por mês, a trabalhar quatro meses de Paris.
- **Critérios em aberto:** A Corregedoria arquivou a denúncia por falta de indícios de favorecimento pessoal ou desvio de finalidade e recomendou à estatal definir critérios para o teletrabalho e formalizar o acompanhamento das atividades.
- **Nomeação na estatal:** Marlos Costa de Andrade assumiu a presidência da ENBPar com o apoio do deputado federal Domingos Neto, segundo a Agência iNFRA. A escolha suscita dúvidas sobre a experiência e os resultados de gestão considerados pelo governo.

